

# IV CONGRESSO DE PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL

## GT – Mecanismos adequados de tratamento de conflitos

15 de outubro de 2019 – EDV 14h

<b>Nome Completo</b>	<b>Categoria</b>
Angelita Da Costa Aguiar	O Reconhecimento Da Autocomposição Como Mecanismo Adequado De Tratamentos De Conflito E A Sua Homologação Pelo Relator Em Decisão Monocrática
Anselmo Luiz Bacelar Junior	A Propriedade Intelectual E Os Métodos Adequados De Resolução De Conflitos No Caso De Plágio Musical
Barbara De Oliveira Breciani E Lucas De Carvalho	A Necessidade De Cooperação Entre O Poder Estatal E Os Juízos Arbitrais
CAIO DE SA DAL COL, Carlos André Luis Araujo E Lívia Dalla Bernardina Abreu	A Celebração De Negócio Jurídico Processual No Âmbito Das Execuções Fiscais E Interesse Público
Francelle Barcelos	O Acesso À Justiça E O Poder Da Autocomposição Na Execução
Gabriel De Oliveira Coelho Santana	Representação Adequada Na Autocomposição De Direitos Coletivos: Uma Análise Da Aplicação Dos Métodos Adequados De Solução De Conflitos No Caso De Mariana E Da Participação Efetiva Dos Titulares Dos Direitos Violados
Giselly Gomes Moreira E Ingrid Lopes	Tac-Gov E Os Desafios Da Participação Social E Institucional: Um Olhar Sobre O Caso Rio Doce
Jamile Amim Amaral Leal	Tac-Gov Como Mecanismo De Resolução Consensual Por Autocomposição No Litígio De Difusão Irradiada Decorrente Do Desastre Do Rio Doce

# IV CONGRESSO DE PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL

João Carlos Souza	Panorama Da Instrumentalização Dos Mecanismos De Autocomposição Pelo Direito Internacional Privado E Sua Importância Para O Efetivo Acesso À Justiça
João Vitor Cruz De Castro	Representação Adequada Na Autocomposição De Direitos Coletivos: Uma Análise Da Aplicação Dos Métodos Adequados De Solução De Conflitos No Caso De Mariana E Da Participação Efetiva Dos Titulares Dos Direitos Violados
Maria Júlia Ferreira Mansur	A Propriedade Intelectual E Os Métodos Adequados De Resolução De Conflitos No Caso De Plágio Musical
Taís Pereira Santos	Diferenças E Convergências Entre A Conciliação E A Mediação No Cpc/2015
Thaís Milani Del Pupo	A Negociação Em Matéria De Improbidade Administrativa: Análise A Patir Da Resolução 179/2017 Do Cnmp E Da “Nova” Lindb